

Georges Louis Hage Humbert

Carlos Sérgio Gurgel

MANUAL TEÓRICO E PRÁTICO DE ADVOCACIA AMBIENTAL

• Petições • Pareceres • Jurisprudência

(Revista e Ampliada)

2ª Edição

GZ
EDITORA

Rio de Janeiro
2025

1ª edição – 2022

2ª edição – 2025

© Copyright: *Georges Louis Hage Humbert / Carlos Sérgio Gurgel*

Presidente do Conselho Editorial: *Nelson Nery Costa*

Conselho Editorial: • *Álvaro Mayrink* • *André Brandão Nery Costa* • *Araken de Assis* • *Arnaldo Rizzardo* • *Arruda Alvim* • *Cláudio Brandão* • *Florisbal de Souza Del' Olmo* • *Geraldo Magela Alves* • *Mathias Coltro (in memoriam)* • *Nelson Nery Costa* • *Sylvio Capanema de Souza (in memoriam)* • *Tânia da Silva Pereira* • *André Gustavo Corrêa de Andrade* • *José Roberto de Castro Neves* • *Fátima Cristina Santoro Gerstenberger* • *Eduardo Vasconcelos dos Santos Dantas* • *Roberto Rosas*

Diagramação: *Olga Martins*

**CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ**

H899m

2. ed.

Humbert, Georges Louis Hage

Manual teórico e prático de advocacia ambiental : petições, pareceres, jurisprudência / Georges Louis Hage Humbert, Carlos Sérgio Gurgel. - 2. ed. rev. e ampl. - Rio de Janeiro : AGZ HOLDING LTDA, 2025.
392 p. ; 24 cm.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-65-5813-143-4

1. Direito ambiental - Brasil. 2. Impacto ambiental - Brasil. 3. Política ambiental - Brasil. 4. Licenças ambientais - Brasil. I. Gurgel, Carlos Sérgio. II. Título.

25-99896.0

CDU: 349.6(81)



Carla Rosa Martins Gonçalves - Bibliotecária - CRB-7/4782

12/08/2025 12/08/2025

O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei nº 9.610/1998).

As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei nº 8.078, de 11.09.1990).

Reservados os direitos de propriedade desta edição pela
GZ EDITORA

e-mail: contato@editoragz.com.br

www.editoragz.com.br

Estrada do Capuava, nº 1325 - Box Q - CEP 06715-410

Bairro Barro Branco - Município de Cotia - SP

Tel.: (0XX21) 99585-0737 / 99755-0737

*A Mirela, Gegeo e Tetê, forças motrizes de
amor que impulsionam minha vida.*

Deus, o Eu Sou, sempre

(Georges Humbert)

*Aos meus filhos, Igor e Esther e minha
esposa Silvana, todo meu amor.*

*Ao alfa e o ômega, Criador de todas as
coisas: Jesus*

(Carlos Sérgio Gurgel)

NOTA DOS AUTORES A ESTA 2ª EDIÇÃO

A segunda edição do Manual Teórico e Prático de Advocacia Ambiental – Petições, Pareceres, Jurisprudências reafirma o compromisso desta obra com a formação e o aperfeiçoamento técnico dos profissionais que atuam no campo do Direito Ambiental. Construída a partir da sólida experiência dos autores na consultoria jurídica e na advocacia ambiental, tanto no contencioso judicial quanto no âmbito administrativo, a obra oferece um panorama abrangente e aplicado das principais questões enfrentadas por advogados, gestores públicos, pesquisadores e operadores do Direito em geral.

Mantendo a estrutura que integra fundamentos teóricos, estudos de caso e modelos práticos, esta nova edição amplia significativamente o conteúdo da Parte I, com a inclusão de dois capítulos inéditos: o Capítulo XIII, que trata da função social da advocacia ambiental e das estratégias jurídicas eficazes no enfrentamento de conflitos ambientais; e o Capítulo XIV, que examina os impactos da inteligência artificial na atuação jurídica ambiental, com ênfase no monitoramento, análise e formulação de estratégias técnicas e processuais. Na Parte III, dedicada aos modelos de peças, foram acrescentados o Modelo nº 17 – Pedido de Revisão Administrativa Ambiental e o Modelo nº 18 – Recurso Administrativo Ambiental (Suposta Violação de Condicionantes), ampliando as ferramentas práticas oferecidas ao leitor.

A presente edição também passou por uma revisão geral, com atualização das referências legislativas e jurisprudenciais, ajustes técnicos nos pareceres e petições, e refinamento textual de toda a obra. Com esse conjunto de aprimoramentos, o manual consolida-se como um instrumento indispensável para a atuação ética, estratégica e qualificada na defesa do meio ambiente, promovendo uma advocacia comprometida com a efetividade do Direito Ambiental e com a sustentabilidade jurídica das decisões.

Salvador e Natal, 26 de julho de 2025.

Os autores

SOBRE OS AUTORES

CARLOS SÉRGIO GURGEL

Advogado Ambiental desde 2004; Especialista em Direitos Fundamentais e Tutela Coletiva pela Fundação Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Norte – FESMP/RN (2007); Mestre em Direito pela UFRN (2010) e Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2017), com título revalidado pela UFRGS; Geógrafo desde 1999; Professor efetivo da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte; Secretário Municipal de Tributação do Município de Pau dos Ferros/RN (2006 e 2007); Conselheiro Suplente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Norte (2017 a 2019); fundador do escritório Sérgio Gurgel Advocacia Ambiental; Conselheiro Seccional da Ordem dos Advogados do Rio Grande do Norte (OAB/RN), associado fundador do Instituto de Direito Administrativo Seabra Fagundes, Presidente da Comissão de Direito Ambiental da OAB/RN (2025-2027); Membro Efetivo da Comissão Nacional de Direito Ambiental do Conselho Federal da OAB (2025-2027); Membro do Conselho Científico da Revista de Filosofia do Direito, do Estado e da Sociedade – FIDES/UFRN e da Revista Direito e Liberdade da Escola da Magistratura do Estado do Rio Grande do Norte; É membro titular da Câmara Setorial de Comércio e Serviços do Estado do Rio Grande do Norte; Conselheiro Titular no Conselho da Cidade (CONCIDADE) do Município de Natal; Conselheiro Suplente no Conselho Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente (CONPLAM). Associado da Associação dos Professores de Direito Ambiental do Brasil – APRODAB e Associado da União Brasileira da Advocacia Ambiental (UBAA). Vice-líder do Grupo de Pesquisa Direitos Fundamentais e Desenvolvimento da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

Site e e-mail: www.carlossergiogurgel.adv.br – contato@carlossergiogurgel.adv.br

GEORGES LOUIS HAGE HUMBERT

Advogado e professor, com mais de duas décadas de carreira jurídica; Doutor e mestre em direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Pós-doutor pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra – Portugal; Presidente do Instituto Brasileiro de Direito e Sustentabilidade – Ibrades; Membro da comissão de defesa do meio ambiente da OAB/BA; Membro do Instituto dos Advogados Brasileiros – IAB; Ex-membro do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama); Ex-membro do Comitê de Respostas à Desastres do Conselho de Governo da Presidência da República; Foi Gerente de Projetos do Ministério do Meio Ambiente; Foi Superintendente de Políticas Ambientais do Estado de Goiás; Foi assessor especial da Secretaria-Geral da Presidência da República; Foi assessor especial da presidência dos correios; Foi membro do Conselho de Meio Ambiente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia.

Site e e-mail: www.humbert.com.br – georges@humbert.com.br

SUMARIO

<i>DEDICATÓRIA</i>	V
<i>NOTA DOS AUTORES A ESTA 2ª EDIÇÃO</i>	VII
<i>SOBRE OS AUTORES</i>	IX

INTRODUÇÃO	1
------------------	---

PARTE I TEORIA, LEGISLAÇÃO E JURISPRUDÊNCIA

CAPÍTULO I – ADVOCACIA AMBIENTAL E DIREITO AMBIENTAL.....	7
CAPÍTULO II – MEIO AMBIENTE E REGIME JURÍDICO CONSTITUCIONAL.....	10
CAPÍTULO III – PRINCÍPIOS DO DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO.....	14
CAPÍTULO IV – POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE.....	26
CAPÍTULO V – LICENCIAMENTO AMBIENTAL.....	32
CAPÍTULO VI – ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL, AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL E ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA.....	45
CAPÍTULO VII – RESPONSABILIDADE AMBIENTAL CIVIL.....	59
CAPÍTULO VIII – RESPONSABILIDADE AMBIENTAL ADMINISTRATIVA.....	64
CAPÍTULO IX – RESPONSABILIDADE AMBIENTAL PENAL	71
CAPÍTULO X – DO SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – SISNAMA	76
CAPÍTULO XI – COMPETENCIAS E FEDERALISMO COOPERATIVO AMBIENTAL.....	78
CAPÍTULO XII – JURISPRUDENCIA COMENTADA.....	97
CAPÍTULO XIII – A ATUAÇÃO DA ADVOCACIA NO DIREITO AMBIENTAL: FUNÇÃO SOCIAL E ESTRATÉGIAS JURÍDICAS	113
CAPÍTULO XIV – A ADVOCACIA AMBIENTAL NA ERA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL.....	115

PARTE II ESTUDOS DE CASOS PRÁTICOS: NOTAS TÉCNICAS E OPINIÕES LEGAIS

NOTA TÉCNICA nº 01 – ARENA FONTE NOVA -IV – INEXIGIBILIDADE NO MUNICÍPIO DE SALVADOR – CUMPRIMENTO DOS ESTUDOS PARA CONCESSÃO DA LICENÇA AMBIENTAL.....	123
OPINIÃO LEGAL nº 01 – LICENCIAMENTO AMBIENTAL – ESTADO DA BAHIA – TERMINAIS (ARMAZÉM) DE GRÃOS – COMPETÊNCIAS – PROCESSO/ PROCEDIMENTOS – ESTIMATIVA DE PRAZOS.....	126

OPINIÃO LEGAL nº 02 – CONSTRUÇÃO DE EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO EM ITAPARICA – AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO AMBIENTAL – RESTRIÇÕES E PRECAUÇÕES JURÍDICAS.....	129
OPINIÃO LEGAL Nº 03 – CONSTRUÇÃO DE RODOVIA – ALTERNATIVAS DE LOCALIZAÇÃO – DEVER JURÍDICO DA ESCOLHA MENOS IMPACTANTE AO MEIO AMBIENTE ECOLÓGICAMENTE EQUILIBRADO – ASPECTOS NATURAIS, SOCIAIS E ECONÔMICOS – PROVA OU JUSTIFICATIVA TÉCNICA.....	140
OPINIÃO LEGAL nº 04 – MUNICÍPIO DE SALVADOR – TUTELA DO MEIO AMBIENTE – DISPENSA DE LICENÇA AMBIENTAL – SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE (SMA) – COMPETÊNCIAS.....	148
OPINIÃO LEGAL nº 05 – OBRA EM BARRAGEM – INTERVENÇÕES EM RECURSO HÍDRICO – TAC ANTERIOR NÃO CUMPRIDO – AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL – EXECUÇÃO POR OSCIP – RISCOS, RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E POSSÍVEIS SOLUÇÕES.....	151
OPINIÃO LEGAL Nº 06 – SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO – AUTORIZAÇÃO – DISPENSA – LICENÇA UNIFICADA – DISCIPLINA JURÍDICA E FORMA LEGAL – NOVA LEGISLAÇÃO – INTERPRETAÇÃO E DIREITO INTERTEMPORAL – RESPONSABILIDADES.....	157
OPINIÃO LEGAL Nº 07 – LICENCIAMENTO E LICENÇA AMBIENTAL – RODOVIA ESTADUAL – COMPETÊNCIA DO ÓRGÃO AMBIENTAL ESTADUAL – LICENÇA MUNICIPAL INCABÍVEL.....	163
OPINIÃO LEGAL nº 08 – ÁREA URBANA E ÁREA RURAL – DISCIPLINA JURÍDICA – SITUAÇÃO LEGAL – PROCESSO DE CONVERSÃO – DEVER DO PODER PÚBLICO....	168
NOTA TÉCNICA nº 02 – EMPREENDEDOR – POLÍTICA AMBIENTAL INTERNA – AUTOCONTROLE AMBIENTAL – COMISSÃO TÉCNICA DE GARANTIA AMBIENTAL (CTGA) – FORMA E CONTEÚDO.....	180
OPINIÃO LEGAL Nº 09 – UTILIZAÇÃO DE MATERIAL ARENOSO – DIREITO DE PROPRIEDADE E DIREITO DE LAVRA – MATERIAL PROVENIENTE DE TERRAPLANAGEM DE OUTRA ÁREA – PRECAUÇÕES LEGAIS.....	183
OPINIÃO LEGAL – Nº 10 – EXERCÍCIO DE ATIVIDADE DE EXPLORAÇÃO MINERAL – ÁREA NÃO DISPONÍVEL – RESPONSABILIDADES.....	188
OPINIÃO LEGAL Nº 11 – OBRA PÚBLICA – FERROVIA – INTERVENÇÕES EM RECURSO HÍDRICO – SUSPENSÃO DA LICENÇA E OUTORGA POSTERIOR – RESPONSABILIDADE.....	193

PARTE III

MODELOS E CASOS CONCRETOS DE PEÇAS PRÁTICAS

MODELO Nº 01 – PETIÇÃO INICIAL.....	203
MODELO Nº 02 – CONTESTAÇÃO.....	208
MODELO Nº 03 – RECURSO DE APELAÇÃO.....	214
MODELO Nº 04 – RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL.....	217
MODELO Nº 05 – MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL E COLETIVO.....	222

MODELO Nº 06 – AÇÃO POPULAR	225
MODELO Nº 07 – PARECER	228
MODELO Nº 08 – RECURSO ADMINISTRATIVO AMBIENTAL, COM PEDIDO DE DESEMBARGO DE OBRA.....	230
MODELO Nº 09 – ABUSO DE AUTORIDADE EM FACE DA LAVRATURA DE AUTO DE INFRAÇÃO DO TIPO MULTA POR SUPOSTA VIOLAÇÃO DE EMBRAGO DE ÁREA E OUTROS ARGUMENTOS	257
MODELO Nº 10 – MANIFESTAÇÃO SOBRE PARECER.....	267
MODELO Nº 11 – PONDERAÇÕES SOBRE ATO ADMINISTRATIVO	273
MODELO Nº 12 – PONDERAÇÃO EM ATO ADMINISTRATIVO – DIRIGIDO AO GERENTE EXECUTIVO DO IBAMA NO RN	277
MODELO Nº 13 – DEFESA PRÉVIA EM AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL	285
MODELO Nº 14 – DEFESA ADMINISTRATIVA AMBIENTAL, COM PEDIDO DE DESCONSTITUIÇÃO DE TERMO DE APREENSÃO	295
MODELO Nº 15 – AÇÃO ANULATÓRIA DE AUTO DE INFRAÇÃO COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA.....	307
MODELO Nº 16 – RECURSO ADMINISTRATIVO AMBIENTAL COM PEDIDO DE DESCONSTITUIÇÃO DE EMBARGO E INTERDIÇÃO	325
MODELO Nº 17 – PEDIDO DE REVISÃO ADMINISTRATIVA AMBIENTAL	341
MODELO Nº 18 – RECURSO ADMINISTRATIVO AMBIENTAL (SUPOSTA VIOLAÇÃO DE CONDICIONANTES)	370
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	375

